

PARECER

Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público, Redação e Fiscalização de Leis

Processo nº: 13698/2022

Projeto de Decreto Legislativo nº: 16/2022

Autor: Armandinho Fontoura

Ementa: Cria a Medalha Annita de Castilho e Marcondes Cabral e dá outras

providências.

Do relator da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, na forma do Art. 60, inciso I, da Resolução no 2060/2021 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória.

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de iniciativa do Vereador Armandinho Fontoura, que tem por objeto a criação da Medalha Annita de Castilho e Marcondes Cabral, a ser concedida pela Câmara Municipal de Vitória como forma de homenagear psicólogas e psicólogos que tenham se destacado pelos relevantes serviços prestados à população capixaba na área da saúde mental.

A proposta busca, portanto, instituir uma das mais altas honrarias do Legislativo Municipal, com o escopo de valorizar profissionais que atuam com excelência na promoção da saúde mental da população de Vitória, perpetuando a memória e o legado de Annita.

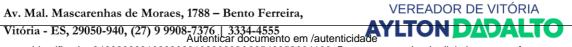
Encaminhado a esta Comissão, compete-lhe manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regularidade regimental da matéria.

É o relatório.

II - Análise de Conformidade

A proposição versa sobre a instituição de honraria no âmbito do Poder Legislativo Municipal, matéria que se insere na competência privativa da Câmara Municipal, conforme disposto no art. 51, inciso XX, da Lei Orgânica do Município de Vitória.

A iniciativa parlamentar é legítima, não havendo vício de iniciativa ou afronta à separação dos Poderes, uma vez que se trata de norma interna de caráter honorífico,





de competência exclusiva do Legislativo, cuja criação é veiculada por **Decreto Legislativo**, instrumento adequado para este fim.

O projeto apresenta adequada técnica legislativa, estando redigido de forma clara, objetiva e compatível com o ordenamento jurídico vigente.

Do ponto de vista material, a proposição está devidamente acompanhada de justificativa que evidencia a relevância histórica e simbólica da personalidade homenageada, bem como a pertinência da honraria à atuação profissional dos psicólogos no Município.

Não se verifica, portanto, qualquer vício de constitucionalidade, ilegalidade ou inadequação regimental.

III - Considerações Finais e Conclusão

Diante do exposto, a Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação manifesta-se pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Decreto Legislativo que cria a Medalha Annita de Castilho e Marcondes Cabral.

É o parecer.

Vitória/ES, Palácio Atílio Vivacqua, 16 de setembro de 2025.

Aylton Dadalto Vereador – Republicanos

